MARIGHELLA E A ESTRATÉGIA DE LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR: EVOCAÇÕES DE VELHOS E NOVOS TEMPOS

*Victor Meyer**

INTRODUÇÃO

Passados mais de trinta anos desde que uma parte da esquerda brasileira escolheu a luta armada como prática imediata, pela via do *foco catalisador* ou pela estratégia de construção de um *Exército de Libertação*, o tema ainda é alvo de chavões. Carlos Marighella, símbolo máximo daquelas experiências, ainda surge aos olhos de muitos, sobretudo em meio às gerações mais jovens, como uma figura enigmática e de difícil adjetivação.

Seus algozes o chamavam de bandido, embora essa qualificação já tenha sido consensualmente afastada pelo pensamento majoritário, que hoje se autodefine democrático. Seria, então, um mártir, um herói, ou alguma outra entidade similar, todas igualmente vagas e, via de regra, fadadas a sinalizar o ponto final do assunto. O Velho Militante, seus companheiros mais ou menos próximos, a esquerda revolucionária de três décadas atrás – todo

* Economista e professor da Universidade de Feira de Santana e da Universidade Católica do Salvador. Mestre em Economia, doutorando em Administração, é autor do livro *Determinações históricas da crise da economia soviética* (Salvador: EDUFBA, 1995).

esse universo ainda constitui, nos grandes círculos que fazem a opinião pública, uma temática obscura.

A memória daqueles acontecimentos não estaria em tão mísera situação se uma parte significativa dos protagonistas da luta armada e dos que fizeram os demais projetos identificadores da esquerda revolucionária não houvessem se imposto um pesado voto de silêncio, decididos, talvez, a afastar de si o suposto cálice amargo da lembrança do que teria sido um momento de desvario político.

Nesse *labirinto de esquecimento e cegueira* ficam esmaecidas algumas relações fundamentais para um entendimento crítico quanto àqueles acontecimentos dramáticos: pois a esquerda revolucionária em geral, a facção que ingressou na luta armada em particular e, com esta última, a figura que se transformaria na sua representação emblemática, Carlos Marighella, condensam em si vivas alusões às lutas de classes travadas, naquele período, dentro e fora do Brasil.

O presente texto pretende contribuir para a remoção do pesado manto que ainda recobre aquele momento; mas o fará de um modo bastante peculiar: via reconstituição das teses defendidas, nos últimos anos 60, por uma corrente específica da esquerda brasileira – representada pela Organização Revolucionária Marxista (ORM-PO) e pelo Partido Operário Comunista (POC) – a propósito do pensamento e prática de Carlos Marighella. Nessa volta aos termos da polêmica então travada serão indicados, em notas, os documentos publicados a esse respeito pela PO ou pelo POC, nos anos de 1967, 1968 e 1969. Em segundo lugar, será apresentado, em breves anotações, um ensaio de transposição daquele debate para o cenário do Brasil atual.

EVOCAÇÃO DE UM TEMPO

Aos olhos críticos da PO (até o final de 1967 e a partir de 1970) e do POC (nos anos 1968-1969), duas poderosas fontes de pressão alimentavam a estratégia da "luta armada-já": dentro do país, o fato da ditadura militar, considerados os diversos desdo-

bramentos imediatos do golpe de 1964, especialmente a tendência à autonomização do Estado e a depressão política do movimento operário; e, de fora para dentro, a influência da Revolução Cubana sobre o Brasil, o modo como foi assimilada pela ALN e demais tendências próximas a ela.

O fato de ser Marighella a figura de maior representatividade da luta armada travada contra a ditadura constitui-se num detalhe de especial interesse. Não se tratava de um estreante na história prática da esquerda, como o era, por exemplo, Carlos Lamarca, naqueles anos. Marighella trazia consigo várias décadas de envolvimento ativo nas lutas sociais brasileiras, como antigo militante e dirigente do PCB. Se aderiu à estratégia da ação direta foi porque a conjuntura brasileira dos anos 67-69 continha, dentro da habitual ambigüidade com que todas as conjunturas históricas sempre se mostram ao entendimento dos seus contemporâneos, certos indicadores que incitavam o raciocínio político nessa direção.[1] Além disso, não muito distante, brilhava uma estrela: dificilmente seria possível exagerar a influência da Revolução Cubana sobre a esquerda revolucionária que vinha se formando no Brasil desde o começo da década de 1960.

Passemos a um exame mais detido sobre essa dupla ordem de influências incidentes sobre o pensamento e a prática de Carlos Marighella, nos anos da luta armada.

Ainda que muito já se tenha escrito sobre o golpe de 1964, há um aspecto que merece ser relembrado. As classes dominantes apelaram para a intervenção de uma força especial e a ela entregaram o controle do Estado porque estavam, elas próprias, politicamente enfraquecidas.

As análises que, naquele momento, viram no golpe militar um ato de ofensiva da burguesia cometiam um erro de avaliação. Os partidos da ordem haviam perdido, ao menos momentaneamente, o poder de continuar influindo sobre a maioria do povo. Os operários, os camponeses e a pequena burguesia vinham dando sinais de insubordinação ante um *status quo* solidamente enraizado, enquanto a crise econômica limitava a margem de manobra das lideranças e dos aparatos tradicionais.

As instituições centrais do Estado demonstravam sinais internos de falência. O executivo federal ensaiava sucessivos movimentos golpistas, a começar pela fracassada tentativa janista, em 1961. O seu sucessor seguiria um caminho semelhante: Jango, como um bom discípulo de Vargas, preparava o caminho para um bonapartismo com bases sindicais, já evidenciado na famosa tentativa de impor o Estado de Sítio, em 1963.[2]

A crise econômica, transformada em crise social, alterava o equilíbrio entre as classes; a burguesia sentia-se insegura, mas o proletariado e seus aliados potenciais não dispunham de organização suficientemente forte, nem de uma plataforma prática de interesses de classes que os unificasse. O cenário confuso denotava, portanto, um equilíbrio entre os contendores, mas um equilíbrio na baixa, no fundo do poço.

Situações como essa não eram incomuns na história das lutas de classes. Marx já havia observado, numa análise clássica, o "empate" entre as classes dominantes e dominadas na França imediatamente posterior à revolução de 1848. No célebre *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, a trajetória das lutas de classes indicava como se criou uma situação de exaustão generalizada, sobre a qual emergiu uma figura aparentemente colocada acima das classes. O Estado burguês se autonomizava, ainda que o fizesse para preservar a ordem social burguesa em seu conjunto. Luís Bonaparte pôde, assim, pairar sobre uma burguesia fraca e sobre um proletariado fraco e, nessa medida, a violência dos seus métodos não poderia ser confundida com um momento de *ofensiva burguesa*.

No Brasil de 1964, uma burguesia enfraquecida, que acabava de apelar para uma força tutelar, também não poderia ser considerada uma classe em ofensiva. Muito menos o proletariado. Este último, derrotado sem que houvesse logrado reagir, apenas esboçava movimentos reivindicatórios – dois ou três anos depois do golpe. A radicalização nas formas de luta dos trabalhadores, tendo à frente alguns segmentos da classe operária, expressava um aprendizado dessas forças sociais com a derrota de 1964 e sugeria, também, uma certa compreensão por parte daqueles movimentos quanto à rigidez das regras do jogo impostas pela ditadura; mas nem por isso deixavam de ser manifestações de lutas

parciais, ainda distantes de qualquer possibilidade de colocação em xeque do poder político. Nessa condição se inscrevem os movimentos basilares de Contagem e Osasco, assim como o movimento estudantil de 1968.

O "equilíbrio catastrófico", para usar a expressão de Gramsci em referência à Itália fascista, demarcava o momento, daí resultando aquela situação *sui generis* na qual o Estado parecia pairar absoluto sobre o conjunto da sociedade. Nessas condições, o cenário da luta trazia semelhanças formais com situações precedentes muito conhecidas, a exemplo dos Estados autocráticos que acompanharam a gestação das revoluções russa e chinesa, ou do Estado oligárquico e títere que, em Cuba, tombara sob o ataque direto das forças revolucionárias. Contudo, o Estado autonômico no Brasil pós-64, tanto quanto nas experiências similares desenvolvidas em sociedades capitalistas industriais, contava com o apoio, ainda que predominantemente passivo, das classes dominantes (que o golpe silenciara). Aliás, uma *santa aliança* muito ampla apoiava a ditadura militar: desde as frações reacionárias da classe média, que marchara com o padre Peyton na preparação do golpe, até a burguesia industrial e os latifundiários. Autonomizado, tutelar, o Estado contava, contudo, com uma sustentação social forte.[3]

Foi num ambiente político marcado por esses condicionantes ambíguos que Marighella apresentaria suas conclusões quanto à existência, no Brasil, de uma crise política permanente, vinculando-a à necessidade imediata de ações revolucionárias ofensivas: um raciocínio político carregado de alusões implícitas a um suposto Estado autocrático ou títere, transposto de outras realidades. Veja-se no trecho seguinte, de "Sobre os problemas e princípios estratégicos":

> O princípio básico da estratégia revolucionária nas condições de uma crise política permanente é desencadear tanto na cidade como no campo um tal volume de ações revolucionárias que o inimigo se vê obrigado a transformar uma situação política em situação militar.[4]

Vista em retrospectiva, fica óbvia a desconexão entre a estratégia proposta *para já* e a robustez do Estado, consideradas as suas bases sociais de sustentação, o seu respaldo no interior da so-

ciedade brasileira. Seria um simplismo, contudo, acusar Marighella de haver cometido um descalabro na análise da situação concreta. A existência, naquela conjuntura, de um poder tutelar que agia em nome de uma burguesia, esta última politicamente silenciada, e, portanto, o fato concreto da autonomização do Estado sugeria a existência de uma sociedade civil inexpressiva, tal como na Rússia czarista e tal como se poderia dizer da sociedade cubana aos tempos de Batista. E, se assim o fosse, efetivamente, o Estado brasileiro estaria desprotegido das "fortalezas de casamatas" que fazem a resistência dos Estados modernos.[5]

Ocorre que o Brasil, uma sociedade industrial, estava muito distante da dinâmica política peculiar a uma sociedade feudal ou semifeudal, como eram, respectivamente, a Rússia e a China pré-revolucionárias, e muito distante, também, de uma sociedade dominada por uma oligarquia de bases predominantemente agrárias, como era Cuba antes da revolução. A ditadura militar, longe de desprotegida, já havia nascido sobre a sustentação (passiva, é bem verdade) da mesma coalizão de classes que sustentara entre nós a democracia formal do prolongado pós-guerra. Por outro lado, a sociedade industrial brasileira já era suficientemente complexa para criar conjunturas fortemente diferenciadas, incompatíveis com uma visão de crise permanente. Por tudo isso, inexistiam as premissas históricas para uma luta direta pelo poder, também tornada permanente, que pudesse orientar-se pelos mesmos caminhos das revoluções socialistas precedentes. Essas críticas aos fundamentos da estratégia de Marighella eram sistematicamente apresentadas em documentos da ORM-PO e do POC, nos anos conflagrados aqui tomados como referência: 1967-1969.[6]

A estratégia da "guerrilha já", ou da "luta de libertação já", decorria, portanto, das ambigüidades criadas por um executivo federal que, à maneira do Estado francês sob Luiz Bonaparte, tornara-se aparentemente solto no ar, suscitando enganosos paralelos com realidades muito distantes. Não se trata de apresentar, aqui, uma desculpa histórica para a estratégia defendida por Marighella, mas de compreender as condições de luta e o cenário nacional que tornou possível que aquele caminho fosse efetivamente escolhido não apenas por um ou outro excêntrico, mas por uma

parte considerável de uma geração de homens de talento e de muitos militantes experientes.

Uma reflexão feita por Gramsci, no contexto da luta contra o fascismo, deve aqui ser lembrada. Considerando as dificuldades colocadas para o movimento socialista diante da escalada fascista, o comunista italiano afirmou que o momento exigia "pessimismo da inteligência, otimismo da vontade". O Brasil do imediato pós-golpe impunha à esquerda revolucionária uma idêntica postura. O otimismo da vontade, com efeito, esteve presente no pronto e tenaz esforço pela reorganização das forças que o golpe militar havia lançado por terra. E as lideranças da luta armada, entre elas Carlos Marighella, encarnavam de forma especialmente dramática essa disponibilidade para a resistência, essa obstinação por uma resposta imediata àquela aliança de todas as forças do secular obscurantismo brasileiro.

Contudo, fazia-se indispensável o simultâneo *pessimismo da inteligência*. E a primeira recomendação desse pessimismo se faria a fim de constatar-se a depressão do movimento dos trabalhadores e, conseqüentemente, imporia à vontade a prioridade para uma tarefa de longo prazo – a de contribuir na lenta reorganização dos passos possíveis de uma classe operária que, apesar do golpe, ensaiava manifestações independentes. Nos horizontes desse pessimismo obrigatório, o confronto e a derrubada da ditadura militar teriam que ser postergados, mas para um futuro a ser construído com astúcia. O otimismo da vontade, em Marighella e em seus companheiros, contaminou e destruiu o frio pessimismo que, naquelas circunstâncias, seria a grande arma dos revolucionários.

Esse é um lado da questão e, tal como anunciado na introdução, um dos pilares de sustentação da crítica feita pela ORM-PO e pelo POC, no período 1967-1969, à linha política assumida por Carlos Marighella. Mas, como já foi dito, há um outro lado a ser lembrado: Cuba estava perto de nós.

A PEQUENA GRANDE ILHA

A Revolução Cubana exerceu um poderoso impacto sobre a esquerda brasileira nos anos 60. Fatos conjuntos tais como a po-

breza material da ilha, a sua incipiente indústria, o seu território exíguo, a sua vizinhança com os Estados Unidos, tornavam a Revolução Cubana um acontecimento espetacularmente audacioso e como tal fadado a avivar, nas mentes latino-americanas, inclusive no Brasil, a possibilidade de uma epopéia emancipadora imediata.

Há uma lei quase natural dizendo que todas as revoluções sociais modernas, com seu impacto avassalador sobre os seus contemporâneos, geram uma forte expectativa quanto à sua repetição literal. A Revolução Francesa exportou seu modelo para países e épocas muitos distantes. O jovem Marx, por exemplo, projetou seus primeiros escritos políticos sob a inspiração de 1789. A Revolução Russa, por outro lado, lembrando a célebre epígrafe de Jonh Reed, *abalou o mundo* e, ao fazê-lo, espraiou, intensa e prolongadamente, um *modelo*. Coube a Lenin, já no fim da vida, observar que as teses dos primeiros congressos da III Internacional estavam *escritas em russo*, ou seja, de alguma forma extrapolavam as particularidades do grande acontecimento da Rússia para realidades às vezes extremamente distantes. "Os estrangeiros não conseguirão ler os textos da Internacional", advertiu Lenin, na sua última fala à Internacional Comunista.

Cuba não fugiu à regra geral. As teses contidas na Declaração Geral da Primeira Conferência da OLAS, como se sabe realizada entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967, estão fortemente marcadas pelo *espírito cubano*. Em suas orientações específicas, assim como no sentido geral da análise da América Latina, não poderiam ser *traduzidas* para o Brasil. Porque, em primeiro lugar, as teses viam no movimento revolucionário socialista latino-americano uma continuação das lutas democráticas dos libertadores e dos líderes antioligárquicos, como Bolívar e Marti. Essa perspectiva contém algo de fortemente cubano: notam-se, aí, os ecos específicos da Revolução de 1958-1959, que então começara com um caráter democrático e antioligárquico, num país ainda marcado pela predominância de uma monocultura com fortes heranças coloniais, com uma indústria pouco desenvolvida, e antes dominado por um governo títere.

O Brasil capitalista-industrial dos anos 60 não poderia se ver nesse cenário estranho. Como entender, no Brasil, o chamamento

à continuidade com os movimentos da libertação anticolonial, se aqui a independência foi dirigida por homens comprometidos com o tráfico de negros e com o escravismo? Além disso, deve-se observar que o Estado brasileiro que se desenvolve desde a Independência, alcançando a República nos seus dois estágios, antes e depois de 1930, tem suas raízes profundamente firmadas internamente na realidade social brasileira. Seus diversos governos, portanto, jamais poderiam ser considerados como *títeres* – qualidade que a OLAS atribuía aos governos latino-americanos em geral. Sobretudo no século XX, o sistema imperialista *internalizou-se* no Brasil, ao se fazer sócio maior da industrialização. O Estado no Brasil passa a ter bases sociais (internas e autênticas) na grande indústria, na grande empresa rural e no velho latifúndio, a partir das quais ciclicamente se amplia com maior ou menor profundidade sobre vastas camadas da classe média.[7]

Por tudo isso, o Brasil revolucionário não poderia repetir o ideário sugerido pela OLAS, visto que a problemática brasileira da independência e da revolução burguesa havia sido já resolvida por toda uma legião que começa com os traficantes escravistas do século XIX e prossegue com os oligarcas dissidentes que, em 1930, abriram alas para a ascensão de uma burguesia absolutamente avessa a revoluções democráticas. O pensamento revolucionário brasileiro teria que olhar para fora e buscar no mundo exterior outras fontes de inspiração imediata. Não mais Bolívar, contudo, e sim, por exemplo, os heróis dos primeiros tempos da III Internacional, antes do stalinismo, como Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Lenin, Trotsky, Gramsci e seus continuadores.[8] Pois eram esses os ideólogos que falavam uma linguagem mais facilmente traduzível como subsídio à compreensão de uma luta movida em seu eixo pela contradição capital-trabalho.

Uma sociedade como a brasileira vive os ciclos inerentes ao capitalismo moderno, desconhecendo a crise permanente. Assim sendo, soa estranho à nossa realidade a seguinte conclusão tirada pela Primeira Conferência da OLAS:

> O enorme potencial revolucionário dos povos espera apenas ser canalizado por uma direção conseqüente, por uma vanguarda revo-

> lucionária, para desenvolver ou empreender a luta ... A violência revolucionária, como expressão mais alta da luta do povo, não é apenas o caminho, mas também a possibilidade mais concreta e manifesta para derrotar o imperialismo.[9]

Parafraseando Lenin, a Resolução da OLAS estava escrita em idioma centro-americano, intraduzível para a linguagem falada no Brasil. A OLAS repetia o precedente da Internacional Comunista dos tempos de Lenin. Um grande equívoco, embora se deva ressalvar que esse gênero de engano seja prerrogativa exclusiva das grandes revoluções, daquelas obras humanas que *abalam* o mundo e o induzem a sonhar com a repetição da obra, à sua imagem e semelhança.

O pensamento revolucionário brasileiro sonhou repetir a epopéia cubana. Aquele exemplo carregado de luzes, um pequeno grupo de homens tenazes, um ato de coragem, o assalto ao Estado, e a possibilidade de exterminar-se com a maldição secular existente sobre o povo trabalhador brasileiro, emancipando-o e elevando-o ao campo dos homens livres ... O sonho era luminoso e legítimo.

Mas, para dar vida ao sonho, novamente se faria necessário o *pessimismo* crítico, que indicaria à esquerda brasileira um outro (e mais complexo) caminho. Marighella, contudo, assim como todo um contingente de militantes da esquerda revolucionária, aderiu ao forte apelo da OLAS. Note-se a semelhança entre a análise da OLAS e a de Marighella, citada mais acima, a respeito da suposta existência de uma crise política permanente. Já no trecho abaixo, extraído de "O papel da ação revolucionária na organização", pode-se verificar a síntese das duas determinações fundamentais que inspiravam a estratégia defendida pelo fundador da ALN: uma interpretação quanto à autonomização da máquina repressiva do Estado, que a fazia assemelhar-se às velhas autocracias, e a adesão à proposição da OLAS quanto à luta armada imediata:

> Nas atuais condições do Brasil existem entre os revolucionários duas concepções distintas de trabalho de massa e de relação com o povo. Uma dessas concepções é a das organizações que partem das reivindicações imediatas e através dessa atividade buscam ganhar as massas para a revolução.

> A ditadura militar, em troca, não admite a luta reivindicatória e lança contra ela decretos proibitivos, leis de exceção e, sobretudo, uma potência de fogo crescente e portanto não vacila em reprimir com chumbo as manifestações de rua.
>
> A outra concepção, acerca do trabalho de massas e das relações com o povo, é a das organizações cuja preocupação fundamental consiste em partir para a luta armada e tem como fim enfrentar a ditadura através de um poder de fogo mesmo pequeno, mas manejado pelos revolucionários e pelos movimentos de massas.[10]

A história posterior mostraria que Marighella não tinha razão. A luta armada isolou-se dos movimentos de massas; enquanto estes últimos iriam, desde então, lenta porém ininterruptamente, desenvolver-se dentro da ditadura e apesar da ditadura. Dez anos depois de escrito o texto de Marighella acima citado, a greve da Scania, em São Bernardo, deflagrava uma onda grevista de grandes proporções, em plena vigência do governo ditatorial. Na seqüência, fatos posteriores a 1978 mostrariam a capacidade do capitalismo brasileiro em absorver as greves, com um Estado formalmente democrático (pós-ditadura militar) dirigindo um período de fortalecimento da burguesia: situação que novamente estaria comprovando a inexistência de uma *crise permanente* no Brasil.

EVOCAÇÃO DE UM OUTRO TEMPO

Relembrar Marighella nesse momento, no final dos anos 90, não deve significar apenas um debruçar-se sobre o passado. O século XX continua em sua corrida frenética, gerando incessantes surpresas. Pablo Neruda voltaria, hoje, a dizer: este *século permanente* ainda não *caiu de bruços*.

Um olhar posicionado nos idos de 1967 dificilmente conseguiria antever esse panorama atual: grande parte da esquerda brasileira – inclusive muitos egressos das lutas daquela época, assim mergulhados no realismo político de curto prazo e sem visão de programa, sem as velhas utopias que ensejavam as formas mais radicais de generosidade humana – tomam outros rumos. Hoje, os ideais socialistas estão arrefecidos pelas contramarchas mundiais

dos anos 80 e 90. No panorama de 1999, e ainda voltando a Neruda, o século parece querer despedir-se com mãos que acenam com a *velha mentira patriarcal* ...

Nesse mundo fragmentado, a lembrança de Marighella é um alento, ela nos diz de outras perspectivas. O realismo político deve subordinar-se às metas, a revolução é necessária, o socialismo representará a emancipação da humanidade: essas idéias emergem com a memória das lutas travadas nos anos 60. A ditadura militar acabou, mas prossegue a ditadura do capital, o desemprego, a miséria social e o desespero das maiorias, cinicamente encoberto pela luminosa rotina de um mundo pintado em suas aparências efêmeras, esse sepulcro caiado que combina frases falsas com a desumanidade transformada em sistema.

A OLAS também acabou, mas a vida, que continua, revela onde estão os novos rastilhos da luta. Por exemplo, no mundo da internacionalização de tudo, trabalhadores de bases fabris de empresas multinacionais sediadas em vários países, inclusive na América do Sul e no Brasil, fazem reuniões e decidem formas comuns de resistência contra a exploração capitalista ...

Nesse novo contexto, os erros de avaliação de Carlos Marighella podem conter advertências específicas para o nosso tempo. Como foi lembrado, Marighella subestimou as lutas reivindicatórias dos trabalhadores, impressionado pela onipresença das leis de exceção sobre um movimento operário aparentemente dizimado. Como se viria a saber depois, apenas dez anos separava-o (um átimo, na perspectiva histórica) das greves de massas dos anos 1978-1980. Hoje, uma grande parte do pensamento de esquerda no Brasil volta a desconsiderar a importância do movimento operário. A redução numérica da classe operária sustenta teorias eivadas de extrapolações: entre elas, pontifica-se um "adeus ao proletariado". Argumenta-se que o trabalho deixa de ser uma categoria analítica relevante – pretexto teórico para eludir-se o problema fundamental: a centralidade reafirmada da exploração da força de trabalho, a taxas crescentes, no mundo da terceira revolução industrial.

Mas, com tantas semelhanças e tantas diferenças, Marighella ignorou a importância do movimento operário para recrudescer a

luta imediata contra o poder constituído. Hoje, os que desprezam o movimento operário o fazem, geralmente, para justificar diferentes nuanças de aproximação com o poder. Marighella fechou os olhos para o movimento operário na esperança de, por outras vias, acelerar a revolução; os que hoje teorizam contra o movimento operário apenas formalizam seu adeus à revolução ...

"O dever e o direito do revolucionário é fazer revolução", costumava afirmar Carlos Marighella. A frase, uma citação literal da proclama inicial da Conferência da OLAS, em 1967,[11] mais uma vez revelava a adesão de Marighella às teses daquela Organização. Seu apelo voluntarista é evidente, aos olhos de hoje. Contudo, ao mesmo tempo, ela evoca um tempo marcado por expectativas libertadoras quanto ao futuro dos trabalhadores. Haveria mudanças, cabia lutar por elas. Hoje, porém, o tempo não é de revolução, é de contra-revolução. Sobre os escombros da primeira onda das revoluções socialistas do século XX, a reação burguesa constrói o mundo da exclusão social. A muda coação econômica abafa a revolta das maiorias.

Assim estão as coisas ... Mas lembrar Marighella ajuda a contrapor-se à ditadura das coisas. Os tempos mudaram, os erros do Velho Revolucionário se tornaram óbvios na perspectiva histórica. Mas o nome de Marighella continua a evocar objetivos maiores: a resistência contra a reação mundial e a coragem de lutar pelo socialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A OLAS e a revolução na América Latina. Resolução do Comitê Nacional, Partido Operário Comunista, 1968. (Mimeogr.).

COMITÊ de Integração das Esquerdas Revolucionárias – CIER. Sobre o Estado de Sítio. *Revista Política Operária*, n.7, out. 1963, p.42.

COMITÊ Nacional da ORM-PO. Estado e classe – democracia e ditadura, 1967. (Mimeogr.).

COMITÊ Nacional do Partido Operário Comunista. Formação e natureza da ditadura militar. *Informe Nacional*, n.13, 1969. (Mimeogr.).

DECLARAÇÃO Geral da Primeira Conferência da OLAS. *Revista América Latina*, Ano I, jan. 1968, p.5-20.

DECLARAÇÃO Política do Segundo Congresso da Política Operária. Revista *Política Operária*, n.6, 1963.

GRAMSCI, A. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

LENIN, V. I. Cinco años de revolucion rusa y las perspectivas de la revolucion mundial. *Obras escogidas*. Moscú: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 2t, t.2, 1948, p.1020-34.

MARTINS, E. (Eric Sachs). *Caminhos e caráter da revolução brasileira*. (Mimeogr.). Ver especialmente a parte 3: A teoria e a prática, p.197.

_____. Luta armada e luta de classes. *Marxismo militante*, n.1, 1968, p.10-32.

MARX, K. O *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Editora Escriba, 1968.

VILLA, R. (Eder Sader). *Os ensinamentos de Mao e a guerra revolucionária no Brasil*, 1968, p.196. (Mimeogr.).

Notas

1 Referências a Marighella e a Lamarca, nessa perspectiva, aparecem em MARTINS, E. (Eric Sachs). *Caminhos e Caráter da Revolução Brasileira*. (Mimeogr.). Ver especialmente a parte 3: A teoria e a prática, p.197. O referido texto, com data provável de 1971, foi uma reelaboração atualizada do anterior *Aonde vamos*, do mesmo autor, publicado em 1966 e divulgado como um dos principais documentos básicos da PO e do POC, no período em análise.

2 Sobre a tentativa bonapartista de João Goulart, ver o documento: SOBRE o Estado de Sítio. *Revista Política Operária*, n.6, 1963. O texto vem assinado pelo Comitê de Integração das Esquerdas Revolucionárias (CIER). Sobre o bonapartismo de Jânio ver, especialmente, "Declaração Política do Segundo Congresso da Política Operária", publicado no mesmo número da revista.

3 Um texto assinado pelo Comitê Nacional do POC, datado de 1969, contém uma análise sobre a ditadura militar no mesmo enfoque aqui assumido. Trata-se do FORMAÇÃO e Natureza da Ditadura Militar. *Informe Nacional*, n.13, 1969. Anteriormente, uma análise bem elaborada teoricamente já discutia o problema do Estado no Brasil, nessa mesma ótica: o documento tem o título "Estado e Classe" e está assinado pelo Comitê Nacional da ORM-PO, com data de 1967.

4 MARIGHELLA, C. apud MARTINS, E. op. cit., p.4.

5 GRAMSCI, A. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

6 Essas discussões encontram-se nos seguintes documentos: "Aonde vamos", parte 4, 1966; "A OLAS e a Revolução na América Latina", 1968; "Luta armada e luta de classe", 1968; "Caminhos e caráter da revolução brasileira",

parte 3, datado provavelmente de 1971. Na mesma direção, VILLA, R. (Eder Sader). *Os ensinamentos de Mao e a Guerra Revolucionária no Brasil*, 1968, p.196. (Mimeogr.).

7 Essa interpretação quanto ao impacto da Revolução Cubana sobre os debates da esquerda revolucionária brasileira baseia-se em MARTINS, E. (Eric Sachs). Luta armada e luta de classes. *Marxismo Militante*, n.1, 1968, p.10-32. A revista foi publicada pelo Núcleo Marxista-Leninista formado pela ORM-PO, pela Dissidência do PC no RGS e pela Dissidência do PC no Estado da Guanabara. Embora o título da revista fosse mantido nas publicações posteriores da PO, este foi o único número editado pelo Núcleo.

8 Ver afirmação, nesse mesmo sentido, em A OLAS e a revolução na América Latina. Resolução do Comitê Nacional, Partido Operário Comunista, 1968. (Mimeogr.).

9 DECLARAÇÃO Geral da Primeira Conferência da OLAS. *Revista América Latina*, Ano I, jan. 1968, p.5-20.

10 MARIGHELLA, C. apud MARTINS, E. op. cit., p.8.

11 Ver DECLARAÇÃO Geral da Primeira Conferência da OLAS, op. cit.